

# Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030: reflexões sobre a relação sociedade e natureza

## Sustainable Development and the 2030 Agenda: reflections on the relationship between society and nature

## El Desarrollo Sostenible y la Agenda 2030: reflexiones sobre la relación entre sociedad y naturaleza

Pamela Cichoski

<https://orcid.org/0000-0002-5890-4518>

[pamelatraducao@gmail.com](mailto:pamelatraducao@gmail.com)

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Pato Branco, PR, Brasil*

Hieda Maria Pagliosa Corona

<https://orcid.org/0000-0003-1790-5423>

[hiedacorona@hotmail.com](mailto:hiedacorona@hotmail.com)

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Pato Branco, PR, Brasil*

Nilvania Aparecida de Mello

<https://orcid.org/0000-0002-5371-0554>

[nilvania@utfpr.edu.br](mailto:nilvania@utfpr.edu.br)

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR, Pato Branco, PR, Brasil*

**Resumo:** Nosso objetivo é entender a relação sociedade e natureza e o conceito de desenvolvimento sustentável presentes no documento Agenda 2030 da ONU, a partir de um diálogo entre as perspectivas crítica e decolonial. Para tanto, dividimos essa discussão em três momentos: primeiro aborda-se a relação sociedade e natureza, depois, analisa-se o conceito de desenvolvimento sustentável, realizando um diálogo com a perspectiva decolonial e a problemática territorial latino-americana. No terceiro momento tecemos considerações em vista dos desafios a serem enfrentados para que de fato se possa construir um desenvolvimento sustentável no âmbito da América Latina: a possibilidade de produzir conhecimentos de baixo para cima; com e a partir das pessoas e dos lugares; reconhecendo a pluriversidade e a multidimensionalidade das relações sociedade-trabalho-natureza-humanidade; pensando em diversas formas e possibilidades de desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chaves:** Decolonialidade, América Latina, Pluriversidade, Sociedade e Natureza.

**Abstrat:** Our objective is to understand the relationship between society and nature and the concept of sustainable development present in the UN's Agenda 2030

document, from a dialogue between the critical and decolonial perspectives. To this end, we divide this discussion into three moments: first, we address the relationship between society and nature, then, we analyze the concept of sustainable development, conducting a dialogue with the decolonial perspective and the Latin American territorial problematic. In the third moment we make considerations in view of the challenges to be faced to build sustainable development in Latin America: the possibility of producing knowledge from the bottom up; with and from the people and places; recognizing the pluriversity and multidimensionality of the society-labor-nature-humanity relations; thinking of diverse forms and possibilities of sustainable development.

**Keywords:** Decoloniality, Latin America, Pluriversity, Society & Nature.

**Resumen:** naturaleza y el concepto de desarrollo sostenible presente en el documento de la Agenda 2030 de la ONU, desde un diálogo entre las perspectivas crítica y decolonial. Para ello, dividimos esta discusión en tres momentos: primero, abordamos la relación entre la sociedad y la naturaleza, luego, analizamos el concepto de desarrollo sostenible, dialogando con la perspectiva decolonial y la problemática territorial latinoamericana. En el tercer momento, hacemos consideraciones frente a los desafíos a enfrentar para construir el desarrollo sostenible en América Latina: la posibilidad de producir conocimiento de abajo hacia arriba; con y desde la gente y los lugares; reconocer la pluriversidad y multidimensionalidad de las relaciones sociedad-trabajo-naturaleza-humanidad; pensar en diversas formas y posibilidades de desarrollo sostenible.

**Palabras clave:** Descolonialidad, América Latina, Pluriversidad, Sociedad y Naturaleza.

## INTRODUÇÃO

Neste texto propõe-se realizar um exercício de análise sobre a relação sociedade e natureza e o conceito de desenvolvimento sustentável presentes no documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ONU, 2015), à luz do contexto brasileiro, tendo como ponto de reflexão a relação sociedade e natureza, buscando identificar as dimensões econômica, social, ambiental e humana que edificam essa proposta e a conexão entre elas.

Nosso objetivo é entender a relação sociedade e natureza, bem como o conceito de desenvolvimento sustentável pensados no documento, realizando um exercício de reflexão frente as dimensões das ações propostas, a partir de um diálogo entre as perspectivas crítica e decolonial. Nesse sentido, este estudo justifica-se pela importância das discussões que ocorreram ao longo do século XX, envolvendo a relação sociedade e natureza e que continuam presentes nestes primeiros 20 anos do novo século. Numa linha histórica podemos observar, uma sequência de conferências, encontros e relatórios que abordaram o tema, apontando propostas, medidas e políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade em escala global, com forte influência das Nações Unidas.

Todas as discussões que ocorreram ao longo do século XX e no início do século XXI, envolvem crescimento econômico e demográfico, degradação ambiental, aquecimento global, economias periféricas, segurança alimentar, acesso à água, conflitos geopolíticos, recursos energéticos e a preservação dos ecossistemas naturais, bem como o planejamento

de políticas e ações que transitam desde a escala local até a global. Com o avanço do capitalismo e da globalização, a relação sociedade e natureza passou por grandes transformações na medida em que a relação produção x consumo engendrou novas formas socioculturais e ideológicas de qualidade de vida e bem-estar social. Desse modo, pensar os processos econômicos, sociais, culturais e tecnológicos que foram sendo incorporados nos últimos anos requer pensar a relação e a conexão sociedade e natureza ou sujeito e natureza, seus modos de vida, cosmologias, identidades, trabalho, relações de poder, redes, lugar e território.

Para tanto, esse texto está dividido em três momentos de discussão, no primeiro aborda-se a relação sociedade e natureza, a partir do documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015). No segundo momento analisa-se o conceito de desenvolvimento sustentável, por meio da relação sociedade e natureza, e de um diálogo com a perspectiva decolonial e a problemática territorial latino-americana. No terceiro momento tecemos nossas considerações sobre o tema proposto, tendo em vista o longo caminho a ser percorrido para que de fato possa emergir o desenvolvimento sustentável para todas e todos, no âmbito da América Latina.

## **A AGENDA 2030 E SUA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O LUGAR DA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA**

Historicamente as discussões sobre a relação sociedade e natureza passaram por diferentes interpretações e significações, reorientando o ritmo e os fluxos econômicos, sociais e culturais. Grandes eventos que caracterizam o século XX e o início do século XXI denotando esse movimento de interação e reflexão sobre os impactos humanos sobre a natureza sobre o avanço do capitalismo e da globalização buscaram evidenciar as tensões cada vez mais fortes que surgiram neste cenário.

No Quadro 1 são apresentados alguns dos eventos importantes que marcam as discussões sobre desenvolvimento sustentável e o compromisso socioambiental, até a construção do documento da Agenda 2030. Lançada em 2015 pelas Nações Unidas, visa implementar em escala global-local os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, considerando o grande desafio de superação das disparidades econômicas, sociais, culturais e étnicas existente entre os diferentes países.

Quadro 1: Principais eventos ligados as questões socioambientais (século XX e XXI)

Período	Evento	Contribuições
1960 -1970	Inauguração do Clube de Roma e o <i>Relatório de Meadows</i>	Traz à tona os limites presentes na relação entre crescimento demográfico e as questões que envolvem, industrialização, produção de alimentos, poluição e consumo de recursos; resultando na ideia de crescimento esgotado em 100 anos. Proposta: crescimento zero.
1972	Realização da Conferência de Estocolmo	Discussões envolvendo diferentes países no âmbito das Nações Unidas para pensar a respeito dos riscos do crescimento, com destaque para a dualidade “crescimento zero (países ricos) X crescimento a qualquer custo (países pobres)”. Envolvendo, assim, três teses distintas: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. cornucopianos (ciência + técnica + mercado);</li> <li>ii. neo-malthusianos (clube de Roma);</li> <li>iii. ecodesenvolvimentistas (Strong - associar economia com limites natureza – dono cuidar da casa (oikos); preservar para benefícios futuros do H com + qualidade (subjetividade: bem-estar).</li> </ul>
1987	<i>Relatório de Brundtland – nosso futuro comum</i>	Representa um marco para as discussões globais sobre sustentabilidade, lançando o triple do desenvolvimento (crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental), bem como o compromisso com as gerações futuras frente ao uso e acesso dos recursos energéticos.
1992	Eco- 92 ou Cúpula da Terra	Preocupações frente ao padrão de consumo dos países ricos e as transformações sociais globais, assim como a aprovação da <i>Convenção sobre Biodiversidade Biológica</i> , a <i>Agenda 21</i> e a <i>Carta de Terra</i> , contendo a ideia força do desenvolvimento sustentável.
1997	<i>Protocolo de Quioto</i>	Compromisso da redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, trazendo as discussões sobre o aquecimento global e a criação do mercado de carbono.
2002	Rio + 10	Discussões sobre a pobreza, os impactos ambientais e a urgência da sustentabilidade, a partir dos avanços e limites desde a Eco-92 e a <i>Agenda 21</i> .
2012	Rio+20	Renovação do compromisso ambiental, envolvendo questões como, sustentabilidade, pobreza, água, econômica verde e a aprovação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
2015	<i>Acordo de Paris</i>	Reafirma as preocupações frente ao aquecimento global, a partir da COP 21 e a renovação do compromisso entre os países de reduzir a emissão de gases causadores de efeito estufa.

Fonte: elaborado a partir de Sachs (1993, 1995, 1998), Becker (1993), Floriani (2009), ONU (2015).

O documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015) representa a partir da lógica universal/ocidental/moderna um marco global sobre às preocupações e discussões no âmbito das Nações Unidas. Em vigor desde janeiro de 2016, com prazo de 15 anos para total implementação, tem como pano de fundo a preservação da vida (social e ambiental) e da paz, de modo consciente frente aos avanços técnicos e aos limites de exploração dos recursos naturais e energéticos e as disparidades econômicas globais.

Apresenta um movimento global-regional, com um ritmo de trabalho que parte do lugar, respeitando a soberania e a autonomia de cada nação, com o objetivo de incluir e integrar todas as pessoas, em especial as mais vulneráveis socioeconomicamente, bem como envolve questões relacionadas aos direitos humanos (educação, segurança,

alimentação saudável, nutritiva e na quantidade adequada), à preservação ambiental e ao aquecimento global.

Esse documento possui em sua base a implementação dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), incorporando os objetivos apresentados na *Declaração do Milênio das Nações Unidas*, publicados pela ONU na Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em 2000. Também busca superar os limites e promover avanços em favor da paz, da vida, da preservação ambiental, com respeito as diversidades étnicas e culturais (ONU, 2015). Nesse documento ficam evidentes as dimensões econômicas, sociais e ambientais, orientadas pelo fortalecimento das economias e pela colaboração (educacional, tecnológicas e de capital) dos países desenvolvidos (ONU, 2015). Tais aspectos podem ser destacados, como:

- iv. a busca pela paz duradoura;
- v. erradicação da pobreza e da fome;
- vi. “[...] o combate das desigualdades dentro e entre os países;
- vii. a proteção dos direitos humanos;
- viii. a igualdade de gênero e empoderamento feminino;
- ix. a proteção do meio ambiente, com vistas à sustentabilidade; vi- crescimento econômico sustentável e inclusivo;
- x. habitação segura para todos e todas;
- xi. a oferta de trabalho digno e decente respeitando-se as capacidades e singularidades de cada país;
- xii. acesso à educação de qualidade para todas as faixas etárias; x- igualdade de oportunidade, e;
- xiii. colaboração (tecnológica, educacional e financeira) entre os países.

A Agenda 2030 parte de objetivos e metas pensados em colaboração com a sociedade civil, uma vez que em sua elaboração conta com consultas públicas, grupos de trabalho públicos e privados e no âmbito das Nações Unidas, buscando dar atenção aos mais pobres e vulneráveis, propondo um processo integrado e indivisível global-regional.

Parte dos 17 ODS e das 169 metas que instrumentalizam as ações e projetos buscam aproximar “[...] Governos, setor privado, sociedade civil, o sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizando todos os recursos disponíveis” (ONU, 2015, p. 10), com centralidade nos governos nacionais na disposição e gerenciamento dos investimentos, voltados para o desenvolvimento econômico e social. Para tanto, o documento destaca a importância e a necessidade de indicadores nacionais, regionais e locais para auxiliar no processo de implementação das ações, com vistas à transformação sócio estrutural e econômica, desse modo, propõe o uso dos indicadores já existentes e a criação de novos, que possam contribuir para a implementação dos ODS.

Nesse sentido, a Agenda 2030 propõe por meio da implementação dos 17 ODS um movimento global-regional de transformação econômica, social e de preservação ambiental,

a partir de uma perspectiva universal e global da relação sociedade e natureza, que considera as diferenças étnicas, culturais e geopolíticas.

Ao expor objetivos complexos e universais toma a relação sociedade e natureza pelo viés hegemônico, com ênfase nas atividades econômicas e humanas, propondo a colaboração coletiva dentro e entre as nações comprometidos com a Agenda, e uma noção de natureza que precisa ser preservada/conservada, mas que permanece como fonte de recursos minerais e energéticos. Desse modo, pode-se entender a relação sociedade e natureza presente na Agenda 2030 a partir dos seus cinco princípios orientadores:

- i. Pessoas: no qual busca-se construir um ambiente sustentável, em que as pessoas possam potencialmente viver e trabalhar com dignidade e igualdade, combatendo-se a pobreza e a fome;
- ii. Planeta: propõe-se “proteger o planeta da degradação”, o que inclui as mudanças climáticas, a produção, o consumo e a gestão dos recursos naturais de forma sustentável, atendendo as gerações presentes, sem comprometer as gerações futuras;
- iii. Prosperidade: discute-se a garantia das condições para que todas as pessoas possam viver e prosperar pessoal e socioeconomicamente, “e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza”;
- iv. Paz: busca-se a promoção de “sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência”, e;
- v. Parceria: propõe-se parcerias globais, sustentadas pela solidariedade e participação entre os países, com especial atenção aos mais pobres, marginalizados e vulneráveis.

Tais princípios expressam uma abordagem centrada no crescimento econômico e no avanço tecnológico para viabilizar o trabalho, o bom uso dos recursos naturais e a vida, por meio da promoção de parcerias, organizadas a partir do sistema centro-periferia, em que os países ricos transferem seus saberes/conhecimentos e tecnologias para os países pobres.

A relação sociedade e natureza a partir da perspectiva hegemônica ocidental faz referência a um dualismo que se configura no domínio humano sobre os recursos naturais, por meio das ferramentas de produção e consumo na sociedade capitalista. Esta leitura perfaz o tecido social e os arranjos em rede das relações de poder, das decisões geopolíticas e as mais recentes preocupações socioambientais, em especial com relação à realidade dos países que compõem o chamado mundo subdesenvolvido.

A globalização marcou a expansão de novos padrões de desigualdade econômica, social e tecnológica hierarquizando a partir de novas formas de dominação os países, reforçando a relação centro-periferia. Os diferentes níveis de desenvolvimento social e econômico, bem como a noção de cultura, lançam novas preocupações frente aos padrões de consumo e produção, em que passam a ser consideradas questões globais quanto ao acesso e exploração dos recursos naturais e energéticos, associados aos processos

de industrialização e urbanização acelerados, muito presentes no século XX e XXI nos países “subdesenvolvidos”.

As discussões com maior preocupação ambiental, com viés sustentável ganharam força no pós Segunda Guerra Mundial, e principalmente no pós Guerra Fria, em que o foco passa da dominação do homem pelo homem via exploração do trabalho, para a exploração da natureza pelo homem, a finitude dos recursos energéticos e ambientais, sem deixar de lado a exploração do homem via o trabalho (Latour, 1994).

Desse modo, para Foster (2011), na sua leitura de Marx, o trabalho é o mediador da exploração - enquanto sistema capitalista que converte a mediação “natural” para mercadoria - da natureza pelo homem, compreendendo o processo de uso e exploração dos recursos naturais e energéticos, bem como humanos, sociais e econômicos, quando observadas as relações históricas existentes entre países ricos (centro) e países pobres (periferia). Assim, a interação metabólica (pensada por Marx) existente entre homem e natureza é rompida pelo capitalismo, por meio da divisão do trabalho, da propriedade privada e da postura predatória frente à natureza, afastando o sujeito dos saberes tradicionais e culturais que mantinham como parte integrante da natureza (Wallerstein, 2010; Foster, 2011).

A propriedade da terra, desse modo, resulta no direito de exploração a partir de interesses individuais, corroborando a ampliação e reprodução do capital. Tensionando a relação homem x terra, frente ao acesso, uso e lugar de reprodução da vida, não se antevê condição para a sustentabilidade dentro da sociedade capitalista (Wallerstein, 2010). Amplia-se as desigualdades sociais e econômicas, bem como a degradação ambiental associada ao sistema centro-periferia.

No modo de produção capitalista, a natureza configura-se como um bem a ser utilizado, transformado e consumido, e os sujeitos que habitam tanto o mundo periférico quanto nos países centrais são transformados em mão de obra a ser explorada e aculturados nos processos migratórios.

Segundo Wallerstein (2010), historicamente a *economia mundo capitalista* vem constituindo-se cultural e politicamente frente aos impactos ecológicos do *sistema-mundo moderno*, principalmente com a expansão da globalização e da ressignificação das fronteiras ideológicas e geopolíticas. O que resulta na necessidade de repensar a relação produção consumo, na medida em que as políticas neoliberais configuram a sociedade do consumo como o único e possível modo de vida.

Nesse sentido, Foster (2011, p. 229) retoma a noção de falha metabólica de Marx, na relação homem e natureza, afirmando que esta foi utilizada para “captar a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formam a base da sua existência”. Viola-se as condições naturais de sustentabilidade da relação homem-natureza, pois a produção capitalista só observa os impactos após os estágios de exaustão do sistema explorado (solo, água, minerais), ou nos problemas criados pela dualidade campo-cidade, sem planejamento demográfico e/ou produtivo, levando a aglomerações urbanas sem acompanhamento infraestrutural, e esgotamento do solo devido à agricultura intensiva.

As relações que o homem/sujeito estabelece com a natureza são consideradas a partir de uma dinâmica que o classifica, como aquele que se correlaciona com a natureza, a fonte de recursos naturais e que influencia de forma direta e indireta a vida social, sendo, portanto, um movimento dialético, no qual o capital tem centralidade na configuração de tais relações, existindo sempre ações do capital sobre o homem e a natureza (Harvey, 2016).

Nas palavras de Foster (2011, p. 235), Marx entendia que a “natureza que contribuía para a produção dos valores de uso, era uma fonte de riqueza tanto quanto o trabalho – muito embora a sua contribuição à riqueza fosse negligenciada pelo sistema”. A relação capital-natureza pode ser entendida a partir de um sistema ecológico, que se auto-alimenta de reinvestimentos e tecnologias, estando sempre em evolução: “natureza e capital são constantemente produzidos e reproduzidos” (Harvey, 2016, p. 230), portanto funciona como um ecossistema contraditório no qual a natureza é subjugada.

A natureza, nesse sentido, é produzida, dinâmica e remodelada pelo capital, que cooptou e transformou as questões ambientais em um elemento de negociação (alto valor nas bolsas de valores), entendendo que “todos os projetos ecológicos e ambientais são projetos socioeconômicos” (Harvey, 2016, p. 131). As controvérsias existentes dentro do capital são aspectos importantes para o seu movimento, o que inevitavelmente, gera crises que impactam na vida social em escala global.

Ainda para Harvey (2016), o capital, no seu fluído processo de expansão, cria as condições e as necessidades de novas tecnologias que incidem sobre a vida humana e a natureza, exigindo processos de transformação e reconfiguração das relações de produção e reprodução do capital. Nesse sentido, Harvey afirma que “no mundo inteiro há uma ausência evidente de propostas concretas que sejam consensuais e que busquem reorganizar as divisões do trabalho e das transações econômicas” (p. 226). Portanto, é muito difícil transformar as condições socioambientais presentes, uma vez que, para o autor, tais mudanças só seriam possíveis por meio da superação do capital, bem como a partir de uma revolução urbana. Sendo a natureza transformada a partir da ação ou da transformação causada pelo homem no processo produtivo, haveria a necessidade de uma consciência ecológica que considerasse os limites e os impactos da exploração humana sobre os recursos naturais, buscando-se manter um equilíbrio metabólico na relação homem - natureza (Foster, 2011).

Desse modo, Wallerstein (2010), Foster (2011) e Harvey (2016) apontam para possíveis caminhos alternativos para o que podemos entender como desenvolvimento sustentável, em uma leitura universal e global das condições socioeconômicas e ambientais presentes, a começar:

- i. a construção de uma sociedade permeada pelo sentimento de solidariedade e produção associada e coletiva;
- ii. melhor distribuição da população pelo planeta, com maior equilíbrio entre campo e cidade;
- iii. melhorar a integração campo-cidade, produção industrial e agrícola;

- iv. trabalhar em prol de uma consciência crítica e racional na relação produção-consumo;
- v. desalienar as relações homem-trabalho e homem-natureza;
- vi. possibilitar a construção de novos arranjos territoriais, centrados nos coletivos;
- vii. promoção de uma ciência dialógica e diversa;
- viii. dar centralidade para a práxis, correlacionando ciência e transformação, e;
- ix. construir um humanismo revolucionário.

Busca-se, desse modo, superar as contradições e dualidades presentes no capitalismo, reconfigurando as divisões de classe, sociedade-natureza, campo-cidade, indústria-agricultura, aparência-essência, que intensificam os modos de exploração sobre a natureza e modificam os princípios e valores das coisas, pressionando a relação produção-consumo.

Entende-se, desse modo, que a Agenda 2030, Foster (2011) e Harvey (2014, 2016) compartilham uma perspectiva euronortecentrada, no que se refere às transformações sociais, ambientais, políticas e econômicas, a partir do movimento global-local de relações, com centralidade nas dinâmicas de circulação e reprodução fluida do capital, que ocorrem em maior medida no meio urbano e nos grandes centros econômicos. Desse modo, os processos de resistência local estariam movimentando-se a partir da fluidez, da instantaneidade e das particularidades da reprodução do capitalismo, estando as singularidades dos sujeitos que produzem as cotidianidades, por meio do saber popular, pouco visíveis nos processos de transformação social, bem como sem força diante dos agentes globais do capitalismo.

Nesse sentido, esse movimento desconsidera todos os demais modos de vida e compreensão da natureza, da economia e do lugar. Segundo Escobar (2003, p.79) “a ecologia e o corpo estão inelutavelmente ancorados no lugar – embora, não limitados ao lugar”, sendo importante considerar a dinâmica social, econômica e política que se configura nos espaços de fronteira, no rural, nas zonas peri-urbanas e nas periferias marginalizadas, bem como os saberes e conhecimentos dos sujeitos subalternizados, tanto os que estão inseridos nos diferentes movimentos sociais quanto os que se encontram fora deles.

Historicamente a noção de desenvolvimento desenhada para os mais diversos países, em especial os latino-americanos, parte da ideia de progresso econômico, associado aos processos de exploração e usos dos recursos naturais e humanos abundantes nesses países. Isto levou à adoção de políticas desenvolvimentistas que priorizaram o crescimento das economias, em detrimento do direito dos povos tradicionais ou da conservação ambiental.

As relações de produção e consumo foram ao longo do tempo sendo transformadas por princípios e valores de bem-estar, que obedeciam aos padrões de vida dos países desenvolvidos, industrializados e urbanizados. Isto resultou na configuração de sociedades desiguais, social e economicamente, caracterizadas pela concentração do poder e da terra, em que a reprodução do capital também reproduz disparidades no acesso aos bens de subsistência básicos e a renda.

Nesse caminho, as relações capital-trabalho e sociedade-natureza foram sendo remodeladas com a expansão da globalização e do modelo neoliberal, balizado no universalismo do crescimento econômico, da homogeneização cultural, da expansão tecnológica e do capital financeiro-informacional, ressignificando as relações políticas, culturais e de mercado. Compreender essas transformações pensando a relação sociedade-ambiente ou sociedade-natureza sob a ótica do desenvolvimento sustentável, proposto nos últimos anos e reforçado pelas Nações Unidas, especialmente com a publicação da Agenda 2030, apresenta-se como um desafio para as gerações presentes, principalmente para instituições e governos, à luz das configurações geopolíticas e da lógica hegemônica imperante.

A partir dos anos de 1970, os discursos ideológicos incorporaram leituras e compreensões de sustentabilidade associada à noção de crescimento econômico, exploração dos recursos naturais e das fontes de energia, questionando o desenvolvimentismo centrado na reprodução acelerada do capital e no consumo (Becker, 1993). Nesse caminho Sachs (1993, p.34) discute a emergência de um novo equilíbrio entre as “formas de capital – humano, natural, físico e financeiro - bem como os recursos institucionais e culturais”, dinamizando a relação sociedade e natureza, rediscutindo-se a relação produção-consumo, a partir dos sujeitos, da diversidade cultural, das estruturas sociais e dos usos dos recursos (Becker, 1993; Silva, 2005; Harvey, 2016).

Outrossim, para Sachs (1998), Becker (1993) e Silva (2005), o desenvolvimento sustentável é um processo complexo e participativo, envolvendo as ações sociais sobre o ambiente ao longo da história, sendo, portanto, dinâmico e interdependente, em que espaço e tempo integram as diferentes dimensões da vida. – cultural, social, econômico e ambiental.

Tais dimensões estão interligadas e em constante movimento por meio dos fluxos econômicos, tecnológicos e das diferentes transformações ocorridas com a expansão da globalização. O que envolve tanto as melhorias técnicas e de infraestrutura de transporte e telecomunicações, quanto a degradação das relações sociais (saúde, educação, previdência social) e os impactos ambientais, que caracterizam os países periféricos (Sachs, 1995, 1998; Harvey, 2016).

O desenvolvimento sustentável, dessa forma, pode ser entendido como um processo de transformação equilibrada e harmoniosa das dimensões espacial, social, ambiental, cultural e econômica, indo além do dualismo proteção ambiental e crescimento econômico, envolvendo os diferentes grupos sociais de modo participativo e com respeito ao ambiente e as diferenças locais, regionais e nacionais, principalmente nos países periféricos (Sachs 1995, 1998; Becker, 1993).

Nesse sentido, algumas inquietações emergem quanto ao desenvolvimento sustentável pensado tanto para os países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, em especial no documento da Agenda 2030. Seria possível um desenvolvimento sustentável pensado de fora pra dentro? A quem esse movimento atende de forma equilibrada, justa e equitativa? É possível pensar em desenvolvimento sustentável a partir dos países periféricos? De baixo para cima? A partir das grandes massas populares, das cotidianidades, do saber popular, do território? Nesse caminho, nos propomos a realizar uma leitura a partir de um

diálogo entre as perspectivas crítica e decolonial, realizando um movimento de abertura, compreensão e resignificação da história, do território e da ecologia política a partir da América Latina, pensando o desenvolvimento sustentável a partir de diferentes possibilidades, da diversidade e da pluriversidade de modos de vida e percepções da natureza.

## UMA LEITURA DA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA, UM DIÁLOGO COM A PERSPECTIVA DECOLONIAL

A história da América Latina traz consigo uma herança colonial fundamentada no sistema de mundo capitalista, reproduzida nas estruturas político, social, econômica, cultural e étnica que caracterizam as relações de poder, as formações das identidades, a memória, os territórios, bem como a colonialidade do ser, do saber e do poder - bases da modernidade (Escobar, 2003; Wallerstein, 2010; Ballestrin, 2013; Mignolo, 2017a).

Essa matriz colonial de poder instituída com a “conquista” da América em 1492, bem como seu modelo civilizatório, branco e cristão, moldaram a narrativa hegemônica da modernidade, com as classificações de raça, gênero e classe mediadas por uma *práxis* violenta, que desumanizou e coisificou o sujeito colonizado, a partir da separação homem x natureza, justificando o movimento de dominação e exploração humana e natural no processo de colonização (Mignolo, 2017a; Fanon 2005; Dussel, 2005).

Para Mignolo (2017, p.13), esse movimento de expansão imperialista europeu sobre os demais povos e territórios envolveu “um conjunto complexo de relações de poder” interdependentes e constantes no tecido sociocultural dos países considerados subdesenvolvidos, em que a colonialidade, marca o padrão colonial de poder, escondido no discurso da modernidade e uma *práxis* violenta de civilização e cristianização, por ele denominada de colonialidade/modernidade/descolonialidade.

A descolonialidade, desse modo, é uma reposta à modernidade (às noções de progresso econômico e desenvolvimento), com origem nos países do terceiro mundo ou subdesenvolvidos, num movimento de desprendimento das macros narrativas ocidentais (Mignolo, 2017a), em que se busca superar à condição de subordinação e colonialismo epistêmico, econômico e político.

Sendo um marco desse movimento, a *Conferência de Bandung*, de 1955, envolvendo diferentes países da Ásia e da África, oferece outra opção, a de descolonização das mentes, dos corpos e dos territórios. Esta é voltada para novos paradigmas e epistemologias não-ocidentais, que orientem novas posturas e *práxis* para a igualdade e para a justiça em todos os lugares. Pensando e sentindo os espaços de fronteira e, portanto, possível de criação, solidariedade e participação em projetos de vida que não sejam puramente capitalistas e dualistas (Mignolo, 2017a).

A colonialidade do poder materializa-se na permanência de relações de dependência econômica, política e cultural, que foram se reconfigurando após as lutas de libertação e independência dos países colonizados. Esse movimento, ocorreu por meio de novos arranjos e modelos que estruturam o sistema mundo moderno/colonial, instrumentalizados

pela divisão internacional do trabalho e pela hierarquização étnico-racial global presente na articulação centro-periferia, que sustenta a dominação euro-americana sobre os demais países localizados às margens do sistema capitalista (Grosfoguel, 2008; Wallerstein, 2006; Quijano 2000; Ballestrin, 2003).

Associado a um percurso histórico a partir do século XVI e do imperialismo ibérico, os desenhos globais interligam e inter-relacionam “a produção e a reprodução da divisão internacional do trabalho” (Grosfoguel, 2008 p.120), por meio do sistema centro-periferia e da hierarquização étnico-racial que caracteriza as estruturas de poder e a formação das classes sociais no contexto latino-americano. Ao mesmo, em escala global, coexistem diversas formas e condições de trabalho reproduzidas pelo capital espaço-temporalmente.

As relações capital-trabalho, sociedade-natureza e produção-consumo, passaram por fortes e profundas transformações, principalmente com o avanço das tecnologias e do capital especulativo, princípios orientadores da globalização. As modificações nas relações de trabalho, na produção, nos modos de consumo, na comunicação e nos transportes, ampliaram as redes e as conexões em escalas inimagináveis, reconfigurando os modelos sociais, bem como reforçou a postura predatória sobre os recursos naturais e energéticos, remodelando a relação sociedade-natureza. Nesse caminho, Alimonda (2015, p.163) destaca que o século XX marca um novo processo dinâmico da relação capital - natureza, caracterizando uma nova dimensão “da consolidação dos mecanismos de apropriação e exploração dos recursos planetários de dimensões e efeitos desconhecidos até então”, abrindo espaço para discussões que aproximam política, questões ambientais, economia e sociedade.

E, contrariamente à lógica universal/moderna, pensar as questões socioambientais do presente momento histórico faz emergir a necessidade de *pensamentos outros*, paradigmas voltados para a diferença e para a diversidade cultural, com autonomia e soberania, a partir da periferia do sistema mundo. Assim, o pensamento subalterno apresenta-se como uma forma de resistência política identitária, de diálogo em prol de formas alternativas e autóctones de pensar e viver (Floriani, 2009; Floriani & Vergara, 2015; Grosfoguel, 2008).

A multiplicidade de valores, pensamentos e significados da relação sociedade e natureza mostra que a questão ambiental agrega-se ao socioambiental, politizando as discussões sobre desenvolvimento sustentável, abrindo espaço de disputas hermenêuticas, geopolíticas e multiescalares “em que distintos atores assumem suas concepções, interesses e posições em diversos marcos do conflito por apropriação, uso da natureza e a reivindicação dos direitos culturais e do pertencimento às distintas identidades étnicas” (Floriani & Vergara, 2015, p.18).

Os desafios que caracterizam o fim do século XX e o início do século XXI, somam as “apropriações violentas do capital sobre a natureza, a emergência da crise climática global, e o retrocesso que esse processo implica na perspectiva de políticas de desenvolvimento e direitos humanos” (Alimonda, 2015, p. 164). Com a perspectiva econômica das ciências sociais, alicerçada na modernidade hegemônica, configuram-se incompatibilidades com as soluções necessárias para estes novos desafios.

Igualmente Floriani e Vergara (2015, p.12) discutem a crise da racionalidade moderna frente a diversidade cultural presente nos países periféricos, em que os valores culturais “condicionam situações em que os problemas são construídos, disputados e legitimados como objetos de conhecimento” e são institucionalizados social e historicamente. Os processos alternativos fundamentam visões coletivas e plurais em prol de objetivos complexos e compartilhados na construção de uma sociedade mais justa (Floriani, 2009; Floriani & Vergara, 2015; Escobar 2003).

Novos diálogos se fazem necessários, na medida em que a geopolítica do conhecimento passa a reconhecer as origens histórico-territoriais, em especial na América Latina. Esse movimento dá origem a uma ecologia política latino-americana, entendida como singular e particular, questionando a colonialidade *da e sobre* a natureza, bem como as diversas formas de exploração – mineração, extrativismo, plantation - sobre os recursos naturais e humanos (Alimonda, 2015).

O conceito de *ambiental* é entendido como um processo complexo de inter-relações, portanto, uma manifestação do ambiente, desse modo as dicotomias do pensamento tradicional – *pensar e ser, história, cultura e natureza, indivíduo e sociedade* - passam a ser compreendidas a partir de “redes de mutuas significações, em que junto com a diversidade e distinção, devem ser apreendidas também em unidade relativa e mutuas complementariedades” (p. 17); o ambiente é entendido como um “conjunto de inter-relações do homem e seu entorno e dos homens entre si” (Alimonda, 2015, p.17), assim, natureza, sociedade e cultura constituem o ambiente tanto fisicamente quanto simbolicamente (Alimonda, 2015; Floriani, 2009).

Faz-se necessário, dessa forma, pensar em outras possibilidades e alternativas para a relação sociedade e natureza, em que a nova ecologia para e da América Latina surge para buscar responder a esses novos desafios socioambientais. Ao mesmo tempo, para questionar o universalismo eurocêntrico hegemônico sobre os conhecimentos, o poder e os sujeitos, firmados na noção de civilização e desenvolvimento econômico. Abre-se espaço para uma perspectiva voltada para a revisão das ações e do pensamento local-territorial, buscando recuperar a pluralidade e as críticas da herança popular (Floriani, 2009; Alimonda, 2015; Grosfoguel, 2008).

Para superar a condição de dominação e subordinação coloniais que hierarquizam os conhecimentos em superior e inferior, bem como os povos e as culturas, faz-se necessário valorizar o lugar do sujeito da enunciação, a geopolítica do conhecimento, reconhecer o lugar de fala de cada sujeito, seu modo de vida e sua história (Grosfoguel, 2008). Bem como, promover a construção de um conhecimento ligado ao lugar-território, aos modos de vida, com identidade político-cultural “uma política do conhecimento que está arraigada assim como o corpo racializado, nas histórias locais marcadas pela colonialidade” (Mignolo, 2017a, p. 16).

Nesse movimento, ainda segundo Mignolo (2017a, p.19), o *Outro* criado a partir de um enunciador – imperial, epistemológico e territorial- ganha voz, na medida que se identifica, arraiga e valoriza seu saber, seu modo de vida, sua cultura, sua relação com a natureza, uma vez que “o *Outro* habita a fronteira, sente a fronteira e pensa a fronteira no

processo de desprender-se e resubjetivar-se”. São sujeitos que habitam os lugares, constroem o território, as histórias e as experiências coloniais, sendo a fronteira ontológica e epistemológica, dentro da lógica da modernidade/colonialidade.

O *locus* de enunciação, “o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala” (Grosfoguel, 2008, p.119), constituem um movimento de resistência, que se contrapõe e busca superar o conhecimento universal, unindo o sujeito que fala ao seu lugar geopolítico e geohistórico, elucidando as relações de poder. Descolonizar os lugares de enunciação é possibilitar a abertura de “múltiplas temporalidades que conformam os lugares, as regiões” (Porto-Gonçalves, 2010, p.39) e estruturam os territórios, as identidades e as memórias.

Do mesmo modo, Alimonda (2015) destaca as estruturas sociais, defendendo as coexistências e os tensionamentos entre o pensamento crítico e a ecologia política latino-americana. Reconhece os limites e aproximações, e a necessidade de um giro eco político por meio da criação de novos sujeitos sócio-políticos, comprometidos com os lugares de enunciação. Possibilita-se assim as condições de descolonização; pensamento crítico regional (cultura e lugar), com uma geopolítica do conhecimento vinculada aos territórios, aos lugares, as identidades e à cultura.

Para tanto, Alimonda (2015) enumera cinco pontos importante desse movimento de aproximação do pensamento crítico e ecologia política latino-americanos, num processo que é intelectual, político e cultural-identitário, expostos no Quadro 2.

Quadro 2: Aproximações entre ecologia política e o pensamento crítico latino-americano

Aspectos comuns	Características
I - Busca por uma identidade comum	A dúvida comum, quanto a nossa identidade, bem como a busca histórica da mesma, entendendo que os processos de dominação e exploração nos tornaram diferentes tanto dos países colonizadores quanto de outros países colonizados, quando observada a práxis violenta do eurocentrismo sobre as tradições culturais e naturais;
II- Identidade e reconstrução da história latino-americano	Busca pela identidade através da reconstrução da história local-regional, e o questionamento à condição de subordinação que fomos colocados a partir da conquista ibérica, bem como a continuidade da colonialidade por meio da modernização, resultando em uma estrutura heterogênea social, econômica, cultural-identitária e política, com forte impacto ambiental.
III- referência social geo-história	Referência a uma realidade geo-história comum, dando luz à problemas socioambientais que caracterizam o contexto regional, impactando tanto a identidade quanto a cultura, os recursos naturais e a conformação dos territórios de vida;
IV- Descredito dos instrumentos e metodologias das ciências sociais tradicionais	A desconfiança teórica e metodológica que instrumentaliza as ciências sociais tradicionais no contexto latino-americano, associada a falta de vinculação com o contexto social e a abordagem finalista da história ligada à modernidade, bem como a construção de um pensamento crítico, metodologias e ecologia política com viés anti-positivista,
V- Localizar-se na fronteira do sistema de conhecimentos hegemônicos	A condição de se localizarem na fronteira do sistema de conhecimento hegemônico estabelecido, configurando-se à margem das universidades e resistindo politicamente às institucionalizações do poder.

Fonte: elaborado a partir de Alimonda (2015).

As aproximações observadas entre o pensamento crítico latino-americano e a ecologia política voltam-se para a construção de espaços de diálogos e a construção de conhecimentos ligados ao contexto social-regional, reconstruindo as histórias locais, os territórios, bem como valorizando a memória e a cultura dos povos. Busca-se dessa forma superar a estrutura heterogênea que se caracteriza “na economia, na sociedade, na cultura, na memória, nas identidades, na subordinação sistemática de populações excluídas da cidadania” (Alimonda, 2015, p.165). Assim como nos regimes de governos frágeis e descomprometidos, que persistem no modelo colonial, balizados na postura exploratória da natureza e na orientação de modelos economicistas e desenvolvimentistas (Alimonda, 2015).

Outrossim, tem-se a emergência de construção de espaços para um pensamento crítico, ferramentas metodológicas e uma ecologia política que valorize as “interloquções e articulações discursivas com tradições políticas populares subalternizadas” (p. 166), fortalecendo as aproximações com o ativismo socioambiental, forjadas às margens das estruturas universitárias hegemônicas tradicionais, com organizações interdisciplinares, resistindo às institucionalizações das relações de poder (Alimonda, 2015).

Busca-se desse modo, construir nesses espaços de fronteira do sistema mundo, diálogos que possibilitem as formas autóctones de pensar e viver, balizados em uma perspectiva da diferença e da diversidade cultural, com autonomia e soberania voltadas para os países do sul (Floriani & Vergara, 2015; Ballestrin, 2013).

Nesse caminho, propõe-se novas leituras da relação sociedade-natureza considerando as relações de poder, buscando observar o global no local e vice-versa, por meio de “relações de poderes bio-políticos sobre a natureza, mediadas pelos humanos, e sobre os humanos mediados pela natureza” (Alimonda, 2015, p. 168), considerando a produção e reprodução dos símbolos e significados culturais, estabelecendo novas estratégias de interpretação da e para a América Latina.

Construindo-se discussões com marcos epistemológicos ligados à “centralidade das relações de poder que estruturam e configuram as relações entre sociedade e natureza, em toda a sua complexidade” (Alimonda, 2015p.167), pensando uma ecologia política voltada para a construção de uma identidade latino-americana por meio do resgate e ressignificação da nossa história.

Realidade e a intencionalidade, segundo Floriani e Vergara (2015, p. 14), constituem-se a partir da história, possibilitando “olhar a ciência desde distintas perspectivas”, correlacionando *pensar* e *ser* nas suas diferentes dimensões, “em dialogo e recursividade permanentes”. Intencionalidade e complexidade coexistem na construção do conhecimento, engendrados pela solidariedade, pela dinâmica natural e social, bem como por conflitos e relações de poder.

Floriani e Vergara (2015), Alimonda (2015), Escobar (2020) e Ballestrin (2013) voltam-se para a construção de um pensamento socioambiental que questione os modelos produtivistas da modernidade, os quais condicionaram as dimensões sociais e culturais à dimensão econômica. De um pensamento que aproxime os conhecimentos científicos dos conhecimentos subalternizados localizados nas fronteiras; que ressignifique a relação sociedade-cultura-natureza em uma nova racionalidade proativa; que projete as possibilidades

de coexistências e complementariedades nessa relação, construindo conhecimentos a partir da diversidade, da complexidade dos territórios com criatividade e diálogo de saberes.

Essa opção que se constrói parte da desobediência epistêmica e da reafirmação da ligação do homem com a natureza - “Não há outra maneira de saber, fazer e ser descolonialmente, senão mediante um compromisso com a desobediência epistêmica” (Mignolo, 2017a, p.23), questionando criticamente o cartesianismo e a lógica moderna/ocidental, que estrutura as instituições e as relações capitalistas.

Espaço e tempo coexistem, sobrepõem-se nas múltiplas relações, redes e interações sócio territoriais. Os lugares e a vida estão permeados de símbolos, cosmologias e significados que tecem o sujeito, os arranjos sociais e as redes que compõem a relação sociedade e natureza, entendida no seu conjunto fluido e contínuo de aproximações e tensões. Possibilita-se repensar os espaços de fronteira - pensamentos e epistemologias - que caracterizam diversas formas de re-existência, reconhecendo outros modos de viver, outros tipos de territórios, de economia e de natureza (Escobar, 2010, 2020)

As resistências oriundas desse movimento questionam as categorizações de tempo e espaço hegemônico moderno/colonial, constituindo uma opção para coexistir em uma *sociedade política global* que integra o movimento de pensar, fazer e viver sem separação objetiva do sujeito e sua natureza (Mignolo, 2017a, Grosfoguel, 2008). Questiona-se desse modo a crença de que “o crescimento econômico e o desenvolvimento são o caminho para a liberdade e a felicidade” (Mignolo, 2017b, p. 90) e busca-se valorizar os espaços de criatividade, de subjetividade e de aproximação dos sujeitos com a natureza.

Num movimento que amplia as análises e reflexões sobre os paradigmas, epistemologias, conceitos e categorias que fundamentam a construção do conhecimento, principalmente nos países periféricos, volta-se para a emergência de diálogos críticos, pluriversais, que considerem “as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul global, que pensam *com e a partir* de corpos e lugares étnico-raciais/ sexuais subalternizados” (Grosfoguel, 2008, p.117).

Falar a partir da América Latina é entender a relação entre saberes e territórios constituídos por diálogos e inter-relações de conhecimentos que possam superar a colonialidade do saber, do poder e do ser. Deste modo se configuram outras formas de compreensão e análise da história e das condições socioeconômicas e culturais dos lugares e das gentes (Lander, 2003; Porto-Gonçalves, 2010; Ballestrin, 2013; Saquet, 2020).

Possibilita-se espaços para a construção de conhecimento por meio de investigações e pesquisas criadoras, “que tenderiam a desvelar o perigo da colonialidade, quer dizer, da ideologia do desenvolvimento econômico e da modernização” (Floriani, 2009, p. 95), repensando e ressignificando a relação sociedade e natureza a partir de “uma economia democrática que permita a pluriversidade de organizações comunitárias em diferentes partes do mundo, que possibilite as gentes viver e recriar linguagens, histórias, religiões, valores” (Floriani, 2009, p. 101). E que constituem os modos de vida e o tecido social, questionando a racionalidade universal moderna e suas categorias dualistas (Mignolo, 2017b; Saquet, 2020).

Desse modo, pensar a construção do conhecimento requer partir da diversidade que compõe os territórios e os modos de vida, orientados pelas histórias locais, pelas memórias, identidades, reconhecendo a multiplicidades de objetos complexos que configuram as redes e as múltiplas relações sociedade e natureza (Floriani, 2009; Alimonda 2015; Saquet, 2020), voltando-se para a cultura arraigada dos sujeitos, para os territórios de fronteira, privilegiando o diálogo com a diferença, por meio de um pensamento crítico, ecológico, complexo e pluriversal da natureza, da sociedade e da humanidade (Floriani, 2009; Mignolo, 2017 b).

A pluriversidade de saberes pode ser uma possibilidade de resposta para os desafios socioeconômicos e socioambientais decorrentes da crise da modernidade e do modelo de desenvolvimento hegemônico, na medida em que o diálogo entre esses saberes é ampliado pela participação, ressignificando experiências, princípios, símbolos e valores (Floriani, 2009). Esse movimento nos tira da escala da globalização voltando-nos para a importância das globalidades e da problemática ontológica dos territórios, principalmente no contexto latino-americano. A relação sociedade e natureza, é ressignificada a partir da interação, conexão, vivência e experiência dos sujeitos com o lugar de vida, na construção dos territórios, da cultura e das identidades.

O território é entendido, dessa forma, como produzido histórica e socialmente, permeado por relações de poder, redes e identidades relacionadas com a natureza, a partir de uma perspectiva multidimensional, transtemporal e transescalar, contendo heterogeneidades, conflitos, disputas, complexidade e redes de cooperação, comunicação, desenvolvimento e coexistências (Saquet, 2007, 2017). As relações que caracterizam os territórios são fluidas, afetivas e de pertencimento, solidariedade, reconhecimento, proximidades e confiança, bem como conflitos, tensionamentos e contradições presentes no cotidiano dos sujeitos espaço-temporalmente. Essas coexistências configuram as diversas e dinâmicas relações que constituem os territórios, as experiências humanas, as memórias, a cultura e as identidades em diferentes níveis escalares.

Outrossim, as transformações, experiência e apropriações *do* e *no* território partem do contexto social e histórico, materializando a multidimensionalidade do processo de territorialização (Raffestin, 1993), denotando as diversas formas de interação sociedade e natureza. Nesse sentido, a problemática territorial latino-americana envolve analisar criticamente a diversidade de compreensões e interpretações do território e suas múltiplas correlações e interações dos sujeitos entre si e com a natureza, percebendo a “direta correlação com o movimento de descolonização do pensamento e de algumas práticas” (Saquet, 2020, p.246), para podermos pensar em formas pluriversais de desenvolvimento.

Igualmente Lander (2005, p.15) destaca a importância de um paradigma articulado com a realidade geo-história da América Latina, orientado pela participação, saber popular, sentimento comunitário, em que a luta de libertação ocorra por meio da práxis, da consciência e do sentido crítico que leva à “desnaturalização das formas canônicas de aprender- construir-se no mundo”. Valorizando a pluralidade epistêmica, com “caráter histórico, indeterminado, indefinido, inacabado e relativo do conhecimento”, possibilitando formas alternativas à submissão e ao controle da vida e da cultura, por meio da resistência

local de grupos de base e da desconstrução do conhecimento hegemônico, o que implica *desnaturalização* e *desuniversalização* da modernidade (Lander, 2005; Escobar, 2003).

Para Lander (2005), dialeticamente reintroduzir espaço, território, lugar e natureza na história, reconhecendo as tensões, limites e expansões do capitalismo e das formas de reprodução da vida não capitalistas, possibilita a abertura para os conhecimentos subalternos, negligenciados pela lógica moderna/ocidental. Que para Escobar (2010, 2020), mostra-se cada vez mais limitada frente aos enfrentamentos e resolução dos problemas do subdesenvolvimento (a partir da lógica moderna/ocidental de desenvolvimento), bem como a incompatibilidade dos instrumentos utilizados nas pesquisas (tradicional/modernos), com as realidades sociais, econômicas, políticas e culturais, fundamentados na dualidade teoria x prática, homem x natureza, capital x trabalho.

Pensar a ecologia política a partir da perspectiva decolonial, no contexto latino-americano, exige uma mudança de compreensão dessas categorias dualistas, para uma nova configuração das relações, considerando os diferentes ritmos de tempo e contextos espaciais e culturais. Desse modo, o homem não é entendido separado da natureza, um está no outro, do mesmo modo que a percepção do tempo linear é substituído pela coexistência de tempos e conexões em redes de relações que congregam conflitos, aproximações, dinâmicas locais, níveis de poder e identidades.

Para Escobar (2010), o debate de ecologia política com ênfase na “diferença” que configura os territórios, sendo próprio dos movimentos sociais e comunitários, ganha destaque a partir do reconhecimento das ecologias, das culturas e da economia local, como instrumentos de enfrentamento da lógica capitalista moderna. Escobar (2010) enfatiza aspectos como: (i) conhecimento local; (ii) crítica à universalidade, naturalidade capitalista moderna, e (iii) a noção de diferença, como meio de inferiorizar o conhecimento local.

Lugar e cultura ganham centralidade na construção das dinâmicas locais, imprimindo aspectos identitários nas relações sociais, políticas, ambientais e econômicas. Dá-se espaço para formas alternativas de desenvolvimento que se contrapõem à lógica capitalista, por meio de trocas de saberes e conhecimentos, a conformação de redes curtas de comercialização local, valorização dos modos de vida cotidianos, sentimento de solidariedade, cooperação e respeito.

A concepção local-global pode, segundo Escobar (2010, 2020), ser interpretada a partir do lugar, valorizando-se os sujeitos e suas coexistências sociopolíticas, ambientais e econômicas. Busca-se superar a lógica capitalista moderna de desenvolvimento, firmada nas diferenças entre os países, em que a identidade é uma alternativa fundamental de resistência política, cultural, ecológica, econômica e social. E o lugar é entendido como um “território-região” que possui identidade própria e potencial de subversão. Outrossim a natureza configura-se a partir da coexistência de tipos de naturezas e formas diversas de ser entendida, concebida e corporificada (Escobar, 2010).

Nesse sentido, o capital apresenta-se como a materialização da acumulação capitalista, compreendendo os impactos ambientais e socioeconômicos de sua ação e expansão. Na mesma medida em que as dinâmicas não capitalistas configuram formas diversas de resistência, com conteúdo e modos de ação complexos, tecendo teias e formando redes de

resistência, coexistência e subversão, que conectam lugar-território-homem-natureza, em que o desenvolvimento pode ocorrer por meio de formas alternativas de resistência local, estando atrelado à identidade (Escobar, 2010).

Os diferentes contextos sociais conectam-se à discussão do desenvolvimento, envolvendo as dimensões socioculturais, econômica-estruturais, ambientais, de resistência e compromisso político-social; o desenvolvimento desdobra-se em realidades diversas, com diferentes ritmos e processos de transformação locais-regionais, abrindo espaço para novas formas de interpretação social, cultural, econômica e ambiental. Abre-se o pós-desenvolvimento como prática alternativa, que abriga concepções de hibridação cultural e relações não capitalistas, ou ainda abandona a lógica universal moderna, valorizando as comunidades locais, os saberes e os modos de vida, compondo redes que conectam lugar, experiências não capitalistas e o global (Escobar, 2010, 2020).

Sucintamente, entendemos que para pensar o desenvolvimento sustentável, para todas as pessoas, nos diferentes lugares, respeitando a soberania dos Estados e as múltiplas culturas que compõem os territórios, se faz necessário construir formas alternativas de valorização dos saberes e modos de vida dos sujeitos, que são e estão interconectados com a natureza. Sendo esse movimento possível a partir da sustentabilidade fundamentada na diversidade cultural e ecológica.

Pensar a relação sociedade e natureza a partir das cotidianidades, da reprodução da vida, é buscar caminhos que possibilitem, de fato, melhorar as condições sócio estruturais e econômicas das pessoas em um processo equilibrado e harmonioso com a natureza. É construir mecanismos em redes de cooperação e solidariedade que fortaleçam a ecologia política latino-americana nos territórios, com as gentes, com respeito e cuidado ambiental e humano, a partir do lugar, valorizando as identidades, à memória e a cultura.

Sinteticamente, podemos entender que esse caminho perfaz a reconfiguração das relações, sociedade-natureza, países desenvolvidos e países em desenvolvimento, produção-consumo, bem como os diferentes e múltiplos acordos – locais, regionais, nacionais e internacionais - voltados para a preservação da vida no planeta. Isso nos leva a acreditar que a Agenda 2030 pode ser um instrumento importante de contribuição para a promoção de ações e da consciência político-social e ecológica, na medida em que as políticas e projetos desenvolvidos no âmbito local e regional respeitem as realidades, experiências e modos de produção não-capitalistas.

Nesse sentido, se faz urgente a valorização de outros modos de vida, relações com a natureza, visões de mundo e experiências alternativas de consumo e produção, abrindo novos espaços que possam “ Dar ouvidos, vez e voz a esses novos saberes que questionam, a racionalidade instrumental da ciência, fechada na sua própria discursividade” (Floriani, 2009, p.15), possibilitando a configuração de novas formas, redes, organizações e relações que respeitem e aproximem “os saberes plurais de comunidades humanas espalhadas pelo planeta e que podem, pelo diálogo de saberes, e pela ampliação dos espaços participativos, restituir suas experiências” (Floriani, 2009, p.16), e nos ensinar a reconstruir e ressignificar às relações sociedade-natureza e produção-consumo, possibilitando múltiplos caminhos

e experiências pluriversais voltadas para o respeito à diversidade e o cuidado com a vida humana e do planeta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por uma forma de desenvolvimento sustentável tornou-se nos últimos anos uma corrida sem precedentes por novas e alternativas formas de tecnologias, modos de vida, hábitos, produtos, serviços, informações, estando sempre entrelaçado com a globalização, em que se objetiva principalmente desenhar um modelo a ser seguido por todos os sujeitos, em todos os lugares do mundo.

Orientados pela lógica moderna/ocidental, após a Guerra Fria, muitas discussões passaram a ocorrer com o objetivo de analisar os impactos das ações humanas sobre a natureza, mas principalmente sobre a emergência da finitude dos recursos energéticos e a produção de alimentos. Surge daí, partir dos anos de 1970, o *Relatório de Brundtland* com a preocupação de atender as necessidades (de produção e consumo) das gerações presentes, sem impactar as futuras. Nesse caminho muitas outras discussões foram realizadas, até o lançamento da Agenda 2030 em 2015, pelas Nações Unidas, sendo um importante passo, dentro da lógica universal/moderna ao enfrentamento dos problemas socioambientais que se multiplicaram no início do século XXI.

O documento propõe a implementação dos 17 ODS, respeitando um movimento global-regional, que inclui as dimensões econômica, social e de preservação ambiental, a partir de uma perspectiva universal e global da relação sociedade e natureza, lançando como grande passo desafiador a promoção do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões sem desprezar as diferenças étnicas, culturais e geopolíticas dos países.

Por esse caminho, entende-se a relação sociedade e natureza pelo viés capitalista, com ênfase nas atividades econômicas e humanas, propondo a colaboração coletiva dentro e entre as nações comprometidos com a Agenda, e uma noção de natureza que precisa ser preservada/conservada, mas que permanece como fonte de recursos minerais e energéticos, para atender as demandas de produção e reprodução do capital que fundamenta e sustenta a sociedade moderna.

Entende-se desse modo, que o desenvolvimento sustentável proposto no documento, não abandona a perspectiva eurocentrada e economicista, fundamentada pela lógica capitalista de produção-consumo, com ênfase na dimensão econômica e na relação centro-periferia; por estar centrado no discurso orientados das agências e instituições internacionais, voltadas para as relações e dinâmicas do capital, pouco flexível e/ou aberta às possibilidades, experiências e modos de vida outros, que resistem ao sistema hegemônico dominante.

Contrariamente, a essa lógica de desenvolvimento sustentável, tem-se nos espaços de fronteira ou na periferia do sistema mundo, um movimento, que à luz da perspectiva decolonial, busca por meio do diálogo de saberes, da valorização dos territórios, dos lugares, da cultura e da memória, superar a condição de dependência presente nos países

subdesenvolvidos, entendendo que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação equilibrado social-econômico-ambiental-humano-cosmológico, seja pela incorporação de uma ecologia política latino-americana, seja pelo pós-desenvolvimento, com diversidade cultural associada a diversidade ecológica.

Na medida em que se entende as sociedades como fluidas, dinâmicas e complexas, o aspecto cultural toma centralidade, bem como a compreensão da natureza e a formação das identidades e valores tradicionais locais, aspectos que passam a ter espaço nas discussões e instituições sobre desenvolvimento, em escala internacional, remodelando a concepção de economia, agora mais próxima do contexto social e histórico, ao mesmo tempo que considera-se as transformações técnico-científicas (Escobar, 2020).

Não se trata de negar os avanços técnico e científicos da modernidade, mas de construir um caminho para o desenvolvimento sustentável, que coloque em diálogo as diferentes e plurais formas e percepções da natureza, do/a homem/mulher e da sociedade, com respeito e solidariedade, ancorados nos lugares-territórios.

Busca-se, portanto construir conhecimentos de baixo para cima, com e a partir das pessoas que vivem os lugares, compõem os territórios, reconhecendo a pluriversidade e a multidimensionalidade das relações sociedade e trabalho, sociedade e natureza, sociedade e humanidade, valorizando-se a diversidade de visões e percepções de mundo, de natureza, de trabalho, de humanidade, com respeito à vida e aos seres que constituem os diferentes ecossistemas. Pois, entendemos que aí encontra-se a pluralidade de experiências, presentes no contexto das re-existências que configuram ontologias políticas de territórios, que pelos seus saberes-fazerem se aproximam do que seja o desenvolvimento sustentável pensando pelos mais diferentes e diversos povos que vivem, habitam, pensam e constroem as relações com o planeta.

## REFERÊNCIAS

- Alimonda, H. (2015). Ecología política latinoamericana y pensamiento crítico: vanguardias arraigadas, *Desenvolv. Meio Ambiente*, 35, 161-168.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 11, 89-117.
- Becker, B. (1993). A Amazônia pós Eco-92. In: M. Bursztyrn (Org). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. (pp. 129-144). São Paulo: Brasiliense,
- Dussel, E. (2005). *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In E. Lander (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. (Colección Sur, pp. 55-70). Buenos Aires: CLACSO.
- Escobar, A. (2020). Antropologia e desenvolvimento, *Maguaré*, 34(1), 271-308. doi: 10.15446/mag.v34n1.905464.
- Escobar, A. (2010). *Territorios de diferencia: Lugares, movimientos, vida, redes*. Bogotá: Envión Editores.
- Escobar, A. (2005). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. In Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. *Perspectivas latinoamericanas*. (pp. 6-24). Buenos Aires: CLACSO.
- Escobar, A. (2003). Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación Modernidad/colegialidad latino americano. *Tabula Rasa*, 1, 51-86.
- Fanon, F. (2005). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

- Floriani, D. (2009). Por uma epistemologia da diversidade. In L.P. Naval, & T. Gomes (Org.). *Impactos Socioambientais - o desafio da Construção de Hidrelétricas*. (pp.11-30). Goiania: Canone Editorial.
- Floriani, D., & Vergara, N. (2015). Hacia un pensamiento socioambiental: aproximaciones epistemológicas y sociológicas, *Desenvolv. Meio Ambiente*, 35, 11-27.
- Harvey, D. (2014 [2012]). *Cidades rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Harvey, D. (2016). *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Lander, E. (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In Lander (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. (Colección Sur). Buenos Aires: CLACSO.
- Latour, B. (1994 [1991]). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Mignolo, W.D. (2017a). Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do sul*, 1(1), 12-32.
- Mignolo, W.D. (2017b). El fin de la universidad tal como la conocemos: foros mundiales hacia futuros comunales y horizontales descoloniales de vida. In Z. Palermo (org). *Des/decolonizar la universidad*. (pp. 85-102). Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Organização das Nações Unidas (2015). Transformando Nosso Mundo: *A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br>
- Porto-Gonçalves, C.W. (2010). De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *GEOgraphia*, 8(16), 37-52.
- Quijano, A. (2000). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. (Colección Sur). Buenos Aires: CLACSO.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- Saquet, M. (2007). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular.
- Saquet, M. (2017). *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Saquet, M. (2020). Teorias sobre o território na América Latina. In E.S. Sposito. *Teorias na Geografia, Avaliação crítica do pensamento geográfico*. (pp. 245-270). Rio de Janeiro: Consequência.
- Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In M. Bursztyn (Org). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. (pp.29-56). São Paulo: Brasiliense.
- Sachs, I. (1995). Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. *Estudos avançados*, 9(25), 29-63.
- Sachs, I. (1998). O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. *Estudos avançados*, 12(33), 149-156.
- Silva, C. L. (2005). Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In C.L. da Silva, & J.T. Grassi de Mendes. (Org.). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar*. (pp. 11-40). Petrópolis: Vozes.
- Wallerstein, E. (2010). *Ecologia versus Direitos de Propriedade: a terra na economia-mundo capitalista*. *Janus net, e-journal of International Relations*, 1(1), 1-11.

Recebido em 17/fev./2022

Aceito em 19/ago./2021

Publicado em 01/set./2022